

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO: UMGÊNERO DO DISCURSO PARA A INVESTIGAÇÃO SOBRE IDENTIDADES SOCIAISEM LINGUÍSTICA APLICADA

INTERNSHIP AGREEMENT: A DISCURSIVE GENRE FOR RESEARCH ON SOCIAL IDENTITIES IN APPLIED LINGUISTICS

Rosana Aparecida de Mello Garcia*

Ana Maria Bonk**

RESUMO: Este ensaio tem por objetivo abordar o uso do gênero *Termo de Compromisso de Estágio (TCE)* em estudos sobre a constituição da identidade social dos estudantes de cursos técnicos de nível médio. Apoiase nas concepções de Bakhtin sobre gênero do discurso, sujeito e identidade, bem como nos princípios teórico-metodológicos da Linguística Aplicada e nos Estudos Culturais para a compreensão das identidades no cenário da pós-modernidade, com suas mudanças na forma de interpretar o mundo e na construção de significados. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais e as reflexões decorrentes sugerem que *TCEs* são fontes relevantes para o estudo sobre identidades sociais dos estudantes de cursos técnicos de nível médio.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio curricular. Identidade social. Linguística Aplicada. Termo de compromisso de estágio

ABSTRACT: This paper proposes that the use of the discursive genre *internship agreement (TCEs)* may be used in researches about social identities constitution of students of medium level technical courses. This study is based on Bakhtin's conceptions about the discursive genres, subject and identity, as well as on theoretical-methodological principles proposed by the Applied Linguistics and Cultural Studies which are mobilized with the objective to understanding the identities in the scenario of post-modernity, with its changes in the way of interpreting the world and in construction of meanings. A bibliographic review and a document search were carried out and the resulting reflections suggest that *TCEs* are relevant sources for the study on social identities of students of medium level technical courses.

KEYWORDS: Curricular internship. Social identity. Applied Linguistics. Internship agreement.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da UFSC; TAE na Coordenadoria de Estágios do IFSC – Campus Florianópolis, e-mail: rosanaamg@gmail.com.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e Professora de Espanhol do IFSC – Câmpus Chapecó, e-mail: ana.bonk@ifsc.edu.br.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nos processos produtivos da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XX foram pautadas pela reestruturação da economia, pelas novas formas de organização e gestão empresarial e pela propagação das novas tecnologias da informação, produzindo efeitos marcantes sobre a dinâmica interna da sociedade e sobre a realidade produtiva, afetando profundamente o trabalho e o emprego.

Simultaneamente a esses acontecimentos, segundo Ianni (1999), entra em curso “um intenso processo de globalização das coisas, gentes e ideias”, onde:

As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar. (IANNI, 1999, p.13).

Caracterizado pela pós-modernidade, esse momento passa a ser marcado pelo fim dos padrões, da estabilidade, da segurança e das certezas, modificando a forma de interpretar o mundo e o processo de construção de significados. (BAUMAN, 1999).

Neste cenário, o conceito de identidade já não permite a ideia de uma identidade única, essencial, fixa ou definida biologicamente (HALL, 2014). Para Hall, “o sujeito,

previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, às vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2014, p.11).

Sob essa mesma perspectiva, Moita Lopes (2002) desenvolve análise destacando que as identidades sociais de classe, gênero, sexualidade, raça, idade, profissão, etc, são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas, nas mesmas ou em diferentes práticas discursivas. O autor considera que identidades não são dadas e que, como seres do discurso, só podemos analisar quem somos nas interações e narrativas cotidianas situadas no aqui e agora, em processos de construção de significados em que alteridade e contexto são cruciais. Deste modo, para Moita Lopes, o ser humano constrói sua identidade e cria sentidos por meio da linguagem: “o que somos, nossas identidades sociais, portanto, são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro” (MOITA LOPES, 2002, p.32).

Neste estudo analisamos o gênero Termo de Compromisso de Estágio (TCE), a partir do qual procuramos articular perspectivas teóricas sobre sujeito, gêneros do discurso e identidades sociais relacionadas ao mundo do trabalho no contexto contemporâneo, considerando a realidade dos estágios de estudantes de cursos técnicos de nível médio do IFSC.¹

Em seu percurso formativo, o estudante do curso técnico de nível médio transita entre

¹O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

o mundo escolar e o mundo do trabalho por via do estágio curricular, que lhe proporciona uma conexão institucionalizada entre essas duas esferas. O contato com trabalhadores que atuam na mesma área do seu curso e outros de diferentes áreas é fundamental para que o estagiário possa compreender suas atribuições profissionais, bem como a importância das relações pessoais no trabalho. Além disso, para essa experiência ele também leva conhecimentos prévios e noções de mundo, que são ressignificados na convivência com os colegas de trabalho e que serão fundamentais no processo de construção da identidade social de técnico. Esse processo é, portanto, discursivo, interativo e, como tal, “intersubjetivo, dialógico e relacional, pois os efeitos de sentido criados estão sempre submetidos ao olhar do outro, sendo afetados pelo contexto emergente” (FABRÍCIO; MOITA LOPES, 2002, p.17).

Considerando a importância desse processo, pesquisadores sugerem que o planejamento dos estágios nos currículos deve ser cercado de cuidados, uma vez que o estágio é “o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente com essa finalidade” (BURIOLLA, 1999, p.10).

Nos cursos técnicos dos Institutos Federais, os estágios obrigatórios podem apresentar cargas horárias elevadas, chegando a quatrocentas e até mesmo seiscentas horas de estágio. A permanência do estagiário na mesma empresa também pode chegar a dois anos em estágios não obrigatórios, o

que representa um longo período de convívio com as rotinas de trabalho da concedente. Nesse tempo de convivência e interação entre escola e mundo do trabalho criam-se vínculos fundamentais para a constituição identitária do técnico.

O estudo do TCE como gênero do discurso é baseado nas concepções do Círculo de Bakhtin², bem como na pesquisa contemporânea em Linguística Aplicada, que tem enfatizado a relação entre sociedade e linguagem a partir dos gêneros do discurso. (RODRIGUES, 2004). Entendemos que a discussão acerca dos documentos de estágio pode contribuir para exibir o TCE como um gênero do discurso relevante para a pesquisa acadêmica. Nesse sentido, cabe compreender como esse documento é elaborado, com quais enunciados o TCE dialoga, quais são as vozes presentes nos discursos, verificar sentidos do discurso sobre o estágio e a formação técnica nos termos de compromisso de estágio, ampliando as possibilidades de uso desses documentos nos estudos linguísticos, com a compreensão da linguagem enquanto discurso, vinculado às suas condições de produção.

Dada a importância do período de estágio, considerando que nele a identidade é reconfigurada e que o espaço educativo transcende para além dos muros escolares, os documentos relativos a esse processo apresentam-se como gêneros discursivos promissores na investigação sobre identidade social.

² A expressão “Círculo de Bakhtin” é utilizada quando queremos nos referir a noções comuns a todos os integrantes do Círculo.

OS GÊNEROS DO DISCURSO

O dialogismo é um conceito fundamental do pensamento de Bakhtin, o “princípio unificador da obra”, que funda sua concepção de linguagem e se refere às relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. (FIORIN, 2006, p.18). Para Bakhtin, as relações dialógicas “são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica” (BAKHTIN, 2011 [1979] p.323).

A abordagem dialógica proposta por Bakhtin “objetiva compreender a constituição e o funcionamento dos gêneros a partir de sua relação com a situação social de interação dentro de uma esfera social de atividade” (PEREIRA; RODRIGUES, 2009, p.11). Para o autor, quando falamos, nós o fazemos por meio de enunciados e “cada enunciado é pleno de ecoseresonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”. (BAKHTIN, 2011[1979], p.297). É a situação de interação que permite compreender a constituição e o funcionamento dos gêneros. Para Bakhtin,

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes deste ou daquele campo³ da atividade humana. [...] cada campo de utilização da língua elabora seus tipos

relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2011[1979], p.261-262 [grifos do autor]).

Assim, novas situações de interação social propiciam o surgimento de novos gêneros, que se constituem e se estabilizam no interior de uma determinada esfera discursiva. Bakhtin salienta que há diferença essencial entre os gêneros discursivos *primários* (simples) e os *secundários* (complexos), que não se trata de uma diferença funcional.

Os gêneros discursivos secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente mais desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) [...]. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata. (BAKHTIN, 2011[1979], p.263).

Portanto, como as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis, os gêneros do discurso, orais ou escritos, são infinitos, diversos, além de heterogêneos.

Os gêneros do discurso apresentam três dimensões essenciais, o *conteúdo temático*, o *estilo* e a *construção composicional*, que estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de uma determinada esfera da comunicação. Assim, todo gênero tem um *conteúdo temático* determinado, isto é, um domínio de sentido de que se ocupa o gênero: seu objeto discursivo, sua orientação de sentido específica para com ele. (BAKHTIN, 2011[1979]). Cada gênero também tem seu

³ A tradução desta edição traz a expressão *campo*, no lugar de *esfera*.

estilo, que “é um certo modo de arregimentar e significar os elementos linguísticos” (SILVEIRA; ROHLING; RODRIGUES, 2012, p.44). “O estilo se caracteriza, portanto, pela seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua [...] e nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (BAKHTIN, 2011[1979], p.268).

A terceira dimensão compreende a *construção composicional* do gênero. Esse é um elemento com padrões definidos:

A composição do enunciado diz respeito aos seus procedimentos composicionais determinados para a organização, disposição, combinação, acabamento da totalidade discursiva e para levar em conta o autor e os outros participantes da comunicação discursiva. Na produção do enunciado, é a noção acerca da forma do enunciado total, isto é, de um gênero do discurso específico, que coloca o discurso em determinadas formas composicionais e estilísticas. Para Bakhtin, uma das causas de se ter subestimado os gêneros como a unidade do discurso deve-se justamente a sua heterogeneidade no que se refere a sua dimensão (extensão discursiva) e a sua composição. (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p.112).

Ao estudarmos os gêneros do discurso é necessário compreender a sua relação com o cronotopo. Bakhtin caracteriza como cronotopo a indissociável relação entre tempo-espço no âmbito da literatura. Segundo o autor, ocorre “a fusão dos indícios espaciais

e temporais num todo compreensivo e concreto” (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 211). Para Rodrigues (2001), “pode-se dizer que cada gênero está assentado num diferente cronotopo: uma organização particular do tempo, do espaço e do homem sócio-históricos, ou seja, compreende uma situação social de interação particular, no sentido de que se diferencia das outras” (RODRIGUES, 2001, p.103).

Lira (2016) destaca a importância de analisar o gênero a partir do cronotopo. Para ela implica “identificar as transformações sociais em curso e perceber os seus horizontes valorativos, que, por sua vez, assumem um papel essencial para que haja tomada de consciência e compreensão da realidade” (LIRA, 2016, p.207).

De acordo com Bakhtin (2011), um traço constitutivo do enunciado é seu direcionamento a alguém, o seu endereçamento. As concepções do destinatário são determinadas pela esfera da atividade humana à qual o enunciado se refere. A composição e o estilo do enunciado dependem do destinatário do enunciado, de como o autor percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado. “Cada gênero do discurso em cada esfera da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero” (BAKHTIN, 2011[1979], p.301). Rodrigues (2004) complementa:

o autor enfatiza a relativa estabilização dos gêneros e a sua ligação com a atividade humana. Em síntese, os gêneros estão vinculados à situação social de interação e, por isso, como os enunciados individuais, são constituídos de duas

partes inextricáveis, a sua dimensão linguístico-textual e a sua dimensão social: cada gênero está vinculado a uma situação social de interação típica, dentro de uma esfera social; tem sua finalidade discursiva, sua própria concepção de autor e destinatário. (RODRIGUES, 2004, p.423).

Ao revisarmos como se constitui um gênero do discurso, compreendemos que o TCE é um gênero que surgiu e se estabilizou na esfera escolar para atender à necessidade de formalização dos estágios e é integrado pelo texto e por sua dimensão social. A análise dessas dimensões deve nos permitir estudar como se dão as relações dialógicas em sua elaboração e como essas relações podem influenciar na formação identitária do técnico de nível médio.

IDENTIDADE SOCIAL E DISCURSO

Os conceitos de identidade e representação social, de acordo com Cavalcanti (2006) são procedentes de áreas como a Antropologia, a Sociologia e os Estudos Culturais, mas se fazem relevantes em Linguística Aplicada enquanto área de atuação potencialmente transdisciplinar, quando discutidos em relação ao discurso na interação social.

Como enfatiza Moita Lopes (2002), nossas identidades sociais são construídas por meio das nossas práticas discursivas com o outro. Esta é a razão pela qual os processos envolvidos no discurso e na elaboração do significado tornaram-se tão centrais nas Ciências Sociais, de modo que pesquisadores de diversas áreas, entre elas a Linguística

Aplicada, têm discutido, cada vez mais, a necessidade de focalizar a interação e o discurso para entender a vida humana.

O Círculo de Bakhtin apresenta uma concepção de linguagem dialógica, estreitamente ligada às interações humanas, assumindo que “a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através das enunciações” (Bakhtin 2006[1929], p.125), conceito este fundamental para compreendemos a linguagem em seu processo dialógico, histórico, social e ideológico. Conforme expressa Bakhtin,

toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, define em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra se apoia sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2006 [1929], p.115).

O sujeito concebido por Bakhtin é um sujeito social, que se constitui na relação com outros indivíduos e cuja consciência é formada ideologicamente. É, portanto, um sujeito situado, que estabelece relacionamentos com a alteridade a partir de uma apreciação valorativa, onde o valor é sempre “valor para sujeitos, entre sujeitos, numa dada situação” (SOBRAL, 2014, p.22). Porém, como ressalta Sobral, o “círculo destaca o sujeito não como fantoche das relações sociais, mas como um agente, um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo ao

outro” (SOBRAL, 2014, p.24). Bakhtin apresenta, dessa forma, uma concepção de língua como discurso, mediado pela interação. Para Silveira et al (2012), todo discurso nasce na sua relação dialógica com o discurso do outro portanto, é a palavra alheia, ou o discurso de outrem que organiza o discurso, fundindo-se com o discurso do autor.

Bakhtin (2006 [1929]) desenvolveu a noção do *discurso de outrem*, que na concepção do pensador constitui mais do que o tema do discurso, ou seja, ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática como uma unidade integral da construção.

O discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos da sua integridade linguística e da sua autonomia estrutural primitiva. A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido. (BAKHTIN, 2006 [1929], p.147-148).

Desta forma, para Bakhtin, a presença da palavra do outro no discurso envolve também questões de sentido, evidenciando o lado sócio-histórico da linguagem e percebendo o enunciado como produto da interação entre sujeitos socialmente organizados. Portanto,

Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico:

narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa, a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. (BAKHTIN 2006 [1929], p.149).

No estudo das identidades sociais, que são construídas por meio das nossas práticas discursivas com o outro, deve-se destacar a relação existente entre identidade e poder. Em seus estudos sobre o tema, Silva (2014), explica como os conceitos de identidade e diferença estão ligados a sistemas de significação. A identidade é um significado socialmente e culturalmente atribuído, associado a um sistema de representação. A representação, para o autor, é uma forma de atribuição de sentido e, como tal, é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente relacionado às questões de poder. Assim, é por meio da representação que a identidade e diferença se ligam aos sistemas de poder. Portanto, quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. Questionar identidade e diferença, neste contexto, significa questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação.

Fairclough (2001) também relaciona identidade com poder ao argumentar que o discurso é político e ideológico e contribui para a construção das identidades sociais, que emergem na interação entre indivíduos agindo em práticas discursivas particulares, nas quais estão posicionados em relações de

poder. Assim, os significados que construímos sobre o mundo e as pessoas são ideológicos, no sentido que incorporam visões particulares do mundo e contribuem para a produção, reprodução e transformação das relações de dominação localizadas no espaço e no tempo.

A relação espaço/tempo também é considerada por Stuart Hall como uma condição fundamental para a construção da identidade social. Hall (2014) desenvolve uma análise do impacto da globalização sobre a identidade, relacionando as dimensões de espaço e de tempo em sua explicação. Para o autor, o tempo e o espaço são coordenadas básicas de todos os sistemas de representação, ou seja, todo meio de representação (escrita, desenho, pintura, fotografia e outros), deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Dessa forma, considerando a identidade também como um meio de representação, o autor constata que diferentes épocas culturais possuem diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço/tempo, mas que “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos” (HALL, 2014, p.41).

Alinhada às abordagens sobre identidade e poder, compreendendo que o discurso é apreendido nas interações localizadas em tempos e espaços específicos e que, portanto, é nas práticas discursivas que o sujeito emerge e é revelado, a Linguística Aplicada tem nos ajudado a percorrer caminhos diferenciados na pesquisa, contribuindo para uma construção epistemológica além da visão canônica de estudos do discurso.

ESTUDOS IDENTITÁRIOS NA LINGUÍSTICA APLICADA

As pesquisas em Linguística Aplicada destacam algumas propostas alternativas para a investigação sobre identidades sociais com base no papel do discurso nas interações entre indivíduos. Segundo Fabrício (2006), essas abordagens contribuem para desestabilizar as convicções fixadas na produção do conhecimento que não trazem respostas aos desafios contemporâneos que o tema nos impõe.

Inicialmente, ao estudarmos as identidades, se faz necessário compreender a concepção de identidade do sujeito pós-moderno que, de acordo com Hall (2014),

é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. O sujeito da pós-modernidade foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas. (HALL, 2014, p.11-12).

Da mesma forma Pennycook (2006) destaca que para a compreensão das identidades do mundo contemporâneo “necessitamos compreender o papel do discurso na constituição de um sujeito múltiplo e conflitante (Pennycook, 2006, p. 78). Para tanto, como nos lembra Kleiman (2013), é preciso realizar investigações que se ocupem de “questões em que a linguagem tem papel constitutivo nos saberes, nas configurações identitárias e nas relações” (KLEIMAN, 2013, p.43).

Com essa compreensão do estudo das identidades, Kleiman chama a atenção para a necessidade de se produzir pesquisa de forma distinta daquela apresentada pelo modelo hegemônico, buscando investigações que levem em conta as chamadas “vozes do Sul” (KLEIMAN, 2013, p.40). Para Kleiman, a Linguística Aplicada, graças a seu foco na produção das realidades sociais e nas práticas discursivas, está em posição ideal para viabilizar e entender as resistências (ou ainda as reexistências) de grupos que, a partir da periferia, produzem novos saberes num processo de transformação do global pelo local. Como Kleiman ressalta, é preciso levar em conta as histórias locais, a diversidade, a produção de conhecimento a partir de atores críticos dos projetos globais, com objetivo de promover a descolonialidade epistemológica. Esse posicionamento crítico no estudo das histórias locais nos permite repensar questões da contemporaneidade no que se refere à constituição de identidades dos estágios. Como Kleiman afirma:

Uma pesquisa acadêmica que entende as histórias locais como mecanismo de (re)configuração de outras identidades e sistemas de conhecimentos por sujeitos que estão na periferia em relação aos centros de poder, contrapõe-se a teorias que caracterizam essas identidades como debilitadas, dilaceradas, fragilizadas. É uma postura fortalecedora dos sujeitos, portanto ética. (KLEIMAN, 2013, p.54).

Também preocupado com as identidades cambiantes e locais, considerando o cenário escolar, numa abordagem igualmente

crítica dos estudos identitários, Bohn (2013) propõe uma reflexão sobre rupturas (conforme Foucault), para melhor caracterizar o mundo globalizado da atualidade. Segundo Bohn (2013), é preciso fugir denormalizações, dos enquadres compulsórios dos modelos impostos por uma educação economicista pautada pelo lucro e pelo bem-estar do Estado e, particularmente, pelo exercício do poder sobre as mentes e corpos dos alunos.

O autor questiona quais os traços identitários que caracterizam os atores da sala de aula ao discutir a postura do professor sem autoria e o aluno copiador de significados alheios, ambos com as identidades designadas pela mídia. Denuncia, então, que “a mídia não é a única articuladora da produção de identidades, ela é apenas o arauto do poder que discursa” (BOHN, 2013, p.90). Citando Foucault, o autor lembra que “hoje o colonialismo se disfarça, que em vez de agressões físicas aos corpos e das invasões geográficas e territoriais, ele sutilmente invade as identidades, as almas das pessoas” (BOHN, 2013, p.91). Acredita, porém, que é possível aos sujeitos da sala de aula reconquistar a capacidade da auto-representação e produção de significados, fugindo da formação de “corpos dóceis” e de um coletivo disciplinado, alinhado com o poder, tornando-se capazes de construir suas identidades por meio do discurso. A escola, como ambiente de socialização e “espaço institucional de construção de conhecimentos e significados” (MOITA LOPES, 2002, p.81), ocupa posição fundamental para a constituição de identidades nas interações entre sujeitos, e tudo o que afeta esse espaço interfere na forma

como se dá a produção de conhecimento e significados.

Os estudos de Hall, Pennycook, Kleiman, Moita Lopes e Bohn destacam, portanto, novas perspectivas nos estudos identitários indicando que as questões relacionadas à identidade precisam ser consideradas sob novas abordagens e nos fornecem base para a discussão sobre a construção das identidades sociais nos TCEs dos estágios curriculares dos cursos técnicos de nível médio.

ESTÁGIOS E IDENTIDADE SOCIAL

A educação técnica de nível médio no Brasil procura ainda superar o modelo de capacitação para a empregabilidade, no qual o objetivo é formar para atender às necessidades do mercado de trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio orientam que seja oferecida formação com conteúdo diversificado no ensino profissional:

Art. 5º Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais. (BRASIL, 2012, p.2).

As transformações no mundo do trabalho, marcadas pelos impactos da modernização tecnológica capitalista afetaram, em diferentes aspectos, as instituições que ofertam educação profissional, como é o caso dos Institutos Federais. Com o objetivo de tentar

compreender essas transformações nas instituições que oferecem ensino técnico, Ciavatta (2006) propõe alguns questionamentos:

Como cada instituição se reconhece no torvelinho das transformações aceleradas em curso? Como interpretam as transformações do mundo do trabalho e, de modo especial, a educação profissional e o ensino técnico ou a educação tecnológica? Como professores e alunos se reconhecem em meio às contradições entre o que esperam, o que desejam e o que conseguem fazer? Como as famílias interpretam esses múltiplos significados que emergem das palavras e das ações de seus filhos? (CIAVATTA, 2006, p.07).

A investigação do processo de construção identitária no âmbito dos estágios deve, portanto, levar em conta essas mudanças, avaliando a importância que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos na sociedade atual, aliada à necessidade de entender como são criados os sentidos, os significados e legitimações que sustentam a identidade nesse contexto.

Importa, portanto, entender esse tempo/espço da educação técnica como relevante para a formação integral do indivíduo e não somente como uma formação tecnicista, a ser exercida e realizada metodicamente. Pimenta e Lima (2012) lembram que é necessário superar a dicotomia teoria/prática, assim a noção de estágio já não pode se confundir com a ideia de que seria apenas a parte prática do curso, e afirmam que o objetivo do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação com a realidade na qual atuará, sendo que tal aproximação deve ser realizada como

uma atividade reflexiva, como se esperade todo ato educativo.

Atualmente, o estágio é regido pela Lei 11.788 de 25/09/2008, que define:

O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação definidas pela lei (...). Visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho e poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. (BRASIL, 2008, p.1).

A partir do momento em que os estágios passaram a ser regulamentados e a fazer parte do currículo escolar, foram instituídos documentos para formalizar a atividade. Atualmente, o Termo de Compromisso (TCE) é o principal documento de estágio e materializa as cláusulas que deverão reger a relação de estágio, estabelecendo as regras a serem cumpridas pelos contratantes, às quais se somam aquelas contidas na lei do estágio e em demais documentos jurídicos relacionados. A lei de estágios prevê que o TCE deve ser

celebrado entre a instituição de ensino, o estudante ou seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as

condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. (BRASIL, 2008, p.1).

Outros documentos, citados anteriormente aqui, servem para alterar, prorrogar, avaliar ou rescindir o estágio e complementam o TCE e suas disposições. Cabe ainda mencionar que logo após a publicação da lei 11.788 de 2008, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou uma cartilha esclarecedora sobre a lei de estágio, com algumas recomendações acerca de informações que devem constar nas cláusulas que norteiam o contrato de estágio, tais como:

- a) dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino;
- b) as responsabilidades de cada uma das partes;
- c) objetivo do estágio;
- d) definição da área do estágio;
- e) plano de atividades com vigência; (parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.788/2008);
- f) jornada de atividades do estagiário;
- g) horário da realização das atividades de estágio;
- h) definição do intervalo na jornada diária se for o caso;
- i) vigência do Termo de Compromisso de Estágio;
- j) motivos de rescisão;
- l) concessão do recesso dentro do período de vigência do Termo de Compromisso de Estágio;
- m) valor da bolsa, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- n) valor do auxílio-transporte, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- o) concessão de benefícios, nos termos do § 1º do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;
- p) número

da apólice e a companhia de seguros. (BRASIL, 2010, p.28-29).

Os órgãos de regulação e fiscalização dos estágios prevêm, portanto, a existência do TCE como uma condição *sinequa non* na contratação do estágio e orientam a elaboração do texto do TCE. O TCE pode ser gerado pela instituição de ensino, pela concedente de estágio ou por agentes de integração, que também devem se apoiar na legislação, nas normas institucionais e em outras normas ou acordos que representem o interesse das partes envolvidas.

A Lei 11.788/08 prevê, ainda, como requisito formal do estágio a elaboração de um plano de atividades, no qual são definidas as atribuições do estagiário no período de estágio, com atenção ao princípio de identidade entre o desenvolvimento do estágio e o conteúdo pedagógico do curso. O plano de atividades do estagiário deve ser elaborado com o acordo das partes e será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Nos TCEs dos cursos técnicos, as atividades de estágio são individualizadas, pois o campo de estágio é disperso, ou seja, o estágio pode ocorrer em concedentes dos diferentes ramos de atividades, que são: indústria, comércio e prestação de serviços, em várias áreas de atuação. Desta forma, as atribuições previstas no plano de atividades devem corresponder à área do curso e serão avaliadas por um professor orientador. O plano de atividades representa, portanto, um elemento de diversidade, com características definidas

para cada estagiário, com potencial para análise do discurso sobre estágios.

O TCE para o estágio do técnico de nível médio se origina, portanto, a partir da elaboração de um modelo, no qual as partes interessadas definem as condições específicas para cada experiência de estágio por meio de descrições, correções, acordos, avaliações e prazos. Sua produção envolve relações dialógicas, onde se posicionam as relações de poder, representação e diferença, envolvendo diferentes interlocutores que, por meio do discurso tem papel na constituição da identidade do técnico.

OS DISCURSOS NO TCE

A abordagem dialógica proposta por Bakhtin “objetiva compreender a constituição e o funcionamento dos gêneros a partir de sua relação com a situação social de interação dentro de uma esfera social de atividade” (PEREIRA; RODRIGUES, 2009, p.11).

Ao estudar os TCEs, com o objetivo de investigar o discurso presente nesses documentos é possível verificar com que outros enunciados eles dialogam. Desde suas primeiras versões, os documentos criados para os estágios de estudantes do ensino técnico estabeleceram um diálogo muito próximo com as legislações educacionais, trabalhistas e de estágio, com as normas definidas pela instituição de ensino, as regras das entidades de classe, os requisitos estipulados pela concedente ou por agentes de integração, como também, com as disposições de instâncias internacionais imbuídas de propósitos educacionais e econômicos.

Tanto no TCE, como nos outros documentos de estágio dos cursos técnicos de ensino médio o *discurso de outrem* pode se manifestar a partir dos enunciados de diversas origens, portanto são documentos compostos por diversas *vozes* onde “cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados, com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (...)” (BAKHTIN, 2011[1979], p.297). Os termos de compromisso de estágio são documentos que portam discursos, estão localizados no espaço/tempo, são interativos e têm, portanto, caráter social, estão envolvidos com outros discursos, em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares.

Em geral, ao definirmos certas características identitárias de algum grupo, podemos pensar que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um fato do mundo social, porém, como destaca Silva (2014), identidade e diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição, são criadas social e culturalmente, logo, não são simplesmente definidas, são impostas; não convivem harmoniosamente, lado a lado, sem hierarquia, elas são disputadas. Assim, essas diferentes *vozes*, presentes no discurso do TCE, que atribuem regras, definem atividades, estabelecem diferenças, indicam condutas a serem seguidas e determinam uma série de representações na construção da identidade social do técnico de nível médio precisam ser reveladas, investigadas,

confrontadas com a auto-representação e a produção de significados pelos sujeitos.

Considerando que é no envolvimento com o outro, com as disposições da prática e com os acontecimentos do dia-a-dia do estágio que o sujeito se constitui e se reconhece, a construção de identidade nesse contexto requer interpretações que auxiliem a “problematizar as imbricações de poder, diferença e desigualdade” (MOITA LOPES, 2006, p.25), buscando diálogo com a Linguística Aplicada e outras áreas das ciências sociais que possam trazer à tona essas questões, “tratando a linguagem como discurso” (MOITA LOPES, 2006, p.34).

A análise dos documentos de estágio abre caminho, portanto, para uma série de reflexões sobre a formação da identidade social do profissional, pois no estágio, onde se entrecruzam de forma complexa o mundo escolar com o mundo do trabalho, os sujeitos aprendem a ser quem são nas práticas discursivas em que interagem com o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições educacionais representam um papel fundamental na construção das identidades e podem contribuir para que esse processo de criação de significados no estágio desempenhe papel central na legitimação das identidades sociais. Assim, o estudo da constituição da identidade social do técnico de nível médio requer, necessariamente, a compreensão de que elas são constituídas socialmente, nas interações, nos discursos, nas práticas diárias, nas relações de poder,

que estão localizadas no espaço/tempo e envolvem a produção de significados.

Como ato educativo, o estágio proporciona uma imersão no mundo do trabalho e contribui para que os estudantes ampliem seus conhecimentos sobre o curso escolhido e a futura profissão. Nesse espaço/tempo educacional, eles podem refletir sobre suas escolhas e sobre o percurso formativo proporcionado pela instituição escolar, além encontrar novos interlocutores que poderão ter papéis marcantes na sua formação identitária.

O estágio representa, assim, uma etapa fundamental na trajetória escolar do estudante da educação técnica de nível médio, que precisa ser preparado para conviver com as mudanças tecnológicas, econômicas e culturais da sociedade. Como instrumentos orientadores de ações nesse processo, os Termos de Compromisso de Estágio apresentam-se como gêneros discursivos significativos para a investigação sobre identidade social e contribuem para que a própria instituição de ensino compreenda sua história uma vez que a partir deles, enunciados são produzidos por diferentes vozes sociais, constituindo-se em um discurso polifônico, carregado de construções e de reconstruções de significado entre os indivíduos que ali interagem.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (1979). **Estética da criação verbal**. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. (1975). **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail [VOLOCHÍNOV, V.N] (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BOHN, Hilário, L. Ensino e aprendizagem de línguas: os atores da sala de aula e a necessidade de rupturas. In: MOITA LOPES, L.P. (org) **Linguística aplicada na modernidade recente**. Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p.79-98.
- BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11663. Acesso em 20 jan. 2016.
- BRASIL. **Nova cartilha esclarecedora sobre a Lei do Estágio**. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei 11.788 de 25/09/2008. Secretaria de Publicações Públicas. Brasília, 2010.
- BRASIL. Lei n. 11788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Seção 1, p. 3-4.
- BURIOLLA, M. A. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.
- CAVALCANTI, Marilda, C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org): **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- CIAVATTA, Maria. Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada.

Anais IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Comunicações Individuais e Co-autorais. 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais.htm>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 set. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866. Acesso em 30/01/2016.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org): **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas, **Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, jul./dez. 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FIORIN, J.L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KLEIMAN, Angela B. Agenda de pesquisa e ação em lingüística aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, L.P. (org) **Linguística aplicada na modernidade recente**. Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p.39-58.

LIRA, A. F. Considerações sobre análise de gêneros do discurso a partir de seu cronotopo. In: In: RODRIGUES, R.H; PEREIRA, R.A. **Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2016.

MOITA LOPES, L.P. **Linguística aplicada na modernidade recente**. Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

_____. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org): **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PEREIRA, R. A.; RODRIGUES, R. H. Perspectivas atuais de teorias dos gêneros do discurso no campo da Linguística. **Letra Magna**, v. 5, p.1-18, 2009.

PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGUES, R.H. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun., 2004.

_____. **A constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialógico**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL – PUCSP). São Paulo: PUCSP, 2001.

RODRIGUES, R. H.; CERUTTI-RIZZATTI, M.E. **Linguística aplicada: ensino de língua materna**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

RODRIGUES, R. H.; RIBEIRO, V. Análise dialógica do gênero jornalístico ombudsman. **Work. pap. linguíst.**, n.esp.: 01-49, Florianópolis, 2009.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA- ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p.184-207.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVEIRA, A.P.K.da.; ROHLING, N.; RODRIGUES, R.H. **A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos de letramento: glossário para leitores iniciantes**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 11-36.

Recebido para publicação em 25 de ago. de
2017.

Aceito para publicação em 23 de out. de
2017.